



**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**

## **ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA O NÍVEL LOCAL**

**(Relatório da oficina de Trabalho do I Seminário sobre Política Nacional de  
Promoção da Saúde)**

Revisão final: Ana Beatriz Vasconcellos (Coordenadora CGPAN/MS)  
Patrícia Gentil (Consultora técnica CGPAN/MS)  
Dillian Goulart (Consultora técnica CGPAN/MS)  
Mariana Pinheiro (Consultora técnica CGPAN/MS)  
Taís Porto Oliveira (Consultora técnica CGPAN/MS)

**Brasília – DF  
2007**

## APRESENTAÇÃO

A Promoção da Saúde é uma das estratégias do setor saúde para buscar a melhoria da qualidade de vida da população. É definida pela Carta de Ottawa como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”. A elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis, a criação de ambientes favoráveis à saúde, o reforço da ação comunitária, o desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação do sistema de saúde são os cinco principais campos de ações definidos na Carta de Ottawa. (BUSS, 1999).

Aliada à promoção de estilos de vida saudáveis, a promoção de práticas alimentares saudáveis se constitui numa estratégia de vital importância para o enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais do contexto atual.

A Promoção da Alimentação Saudável (PAS) é um eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) (Brasil, 2006), que ratifica o compromisso do Ministério da Saúde na ampliação e qualificação das ações de promoção da saúde nos três níveis de complexidade, desafiando a proposição de uma ação transversal, integrada e intersetorial, que faça dialogar as diversas áreas do setor sanitário e outros setores de governo, os setores privado e não governamental, compondo redes de compromisso com a qualidade de vida da população, incluindo como eixo estratégico a promoção da alimentação saudável.

Entre suas ações prioritárias, a PNPS busca reforçar a implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e da Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (EG) (WHO, 2004). A EG tem como meta geral a promoção e proteção à saúde mediante ações sustentáveis em nível comunitário, nacional e mundial, com apoio a modos de vida saudáveis e com a participação dos profissionais de saúde e de outros setores pertinentes.

Vale destacar que todos os objetivos da EG têm relações diretas com a promoção da alimentação saudável. Nesse sentido, a Promoção da Saúde, com ênfase na atividade física e na alimentação saudável, também está colocada entre as seis prioridades do Pacto pela Vida, em defesa do SUS e de Gestão (Brasil, 2006a), que é o novo compromisso entre os gestores do SUS e faz parte dos Pactos pela Saúde firmados no Conselho Nacional de Saúde em fevereiro de 2006. Os objetivos da prioridade sobre promoção da saúde, atividade física e alimentação

saudável são: a) elaborar e implementar uma Política de Promoção da Saúde, de responsabilidade dos três gestores; b) enfatizar a mudança de comportamento da população brasileira de forma a internalizar a responsabilidade individual da prática de atividade física regular, alimentação adequada e saudável e combate ao tabagismo; c) articular e promover os diversos programas de promoção de atividade física já existentes e apoiar a criação de outros; d) promover medidas concretas pelo hábito da alimentação saudável; e e) elaborar e pactuar a Política Nacional de Promoção de Saúde que contemple as especificidades próprias dos estados e municípios, cuja implementação iniciou em 2006.

Nesse sentido, o Governo brasileiro, por intermédio do Ministério da Saúde, organizou o I Seminário sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde, em dezembro de 2006, no qual a Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição coordenou a oficina intitulada “Construindo uma Agenda de Promoção da Alimentação Saudável para o Nível Local”.

Este documento apresenta o relato da referida oficina, e as recomendações discutidas entre seus participantes no intuito de propor as estratégias a serem priorizadas para a promoção da alimentação saudável. A incorporação de objetivos, prioridades e metas sobre este tema nos planos de implementação da alimentação saudável para o nível local e também para as três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) é o grande desafio atual e a iniciativa de promover a discussão entre os envolvidos é o início do processo. As sugestões aqui apresentadas não esgotam a temática, considerando a evolução do tema e as ações propostas.

## INTRODUÇÃO

Diretriz estratégica da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (Brasil, 2003), a Promoção da Alimentação Saudável (PAS) fundamenta-se no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), iniciando, como prática, com o incentivo ao aleitamento materno e inserindo-se no contexto de modos de vida saudáveis. Pressupõe a socialização do conhecimento sobre alimentação e sobre a prevenção dos problemas nutricionais, como a desnutrição – incluindo carências de micronutrientes – até a obesidade e demais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Tem como enfoque prioritário o resgate de hábitos e práticas alimentares regionais que valorizem a produção e o consumo de alimentos locais de baixo custo e elevado valor nutritivo, desde os primeiros anos de vida, passando pela idade adulta até a terceira idade.

As vertentes de atuação do Ministério da Saúde referentes à Promoção da Alimentação Saudável incluem medidas de incentivo, de proteção e de apoio, procurando viabilizar as escolhas alimentares saudáveis à população. As medidas de incentivo são aquelas que difundem informação e possibilitam práticas educativas que motivam os indivíduos para a adoção de práticas saudáveis, como, por exemplo, ações educativas nas unidades básicas de saúde, escolas e ambiente de trabalho, campanhas publicitárias e eventos de mobilização. Medidas de apoio são aquelas que tornam mais factível a adesão a práticas saudáveis por indivíduos e coletividades informados e motivados, como a rotulagem nutricional, programas de alimentação institucional, cantinas saudáveis nas escolas e ambiente de trabalho e espaços que favoreçam a amamentação no ambiente de trabalho. E as medidas de proteção são as ações de caráter regulatório, que impedem que coletividades e indivíduos fiquem expostos a fatores e situações que estimulem práticas não saudáveis, como a regulamentação da venda e propaganda de alimentos nas cantinas escolares; regulamentação de publicidade dirigida ao público infantil e a regulamentação da rotulagem de produtos dirigidos a lactentes.

As políticas públicas se expressam em leis, decretos, regulamentações e normas que são adotadas pelo Estado para proteger as condições econômicas e sociais que têm impacto significativo na saúde. Faz-se necessária uma ação sustentável e articulada para possibilitar ações por parte do Estado que tornem o ambiente mais saudável, tornando as escolhas alimentares saudáveis mais factíveis à população, avançando em políticas de saúde e qualidade de vida. Destaca-se que tanto a PNPS como a PNAN apontam para a necessidade de coibir práticas que desestimulem uma alimentação saudável, em que cabem ao Estado ações de regulação, como a da publicidade de alimentos, principalmente a que é dirigida para crianças e adolescentes.

O Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2005a) é o primeiro documento oficial que define as diretrizes alimentares para orientar escolhas mais saudáveis de alimentos pela população brasileira a partir de 2 anos de idade. A abordagem multifocal trabalhada no Guia favorece a definição de prioridades e a construção de uma agenda local que potencialize estas atividades, incentivando a integração entre as diversas áreas de atuação da saúde, o compromisso dos gestores e a mobilização da sociedade em torno do mesmo objetivo, o de promover saúde e práticas alimentares saudáveis.

A partir da necessidade de impulsionar o desenvolvimento de ações de PAS no nível local, foi realizada uma Oficina de Trabalho com diversos representantes de estados e municípios brasileiros na área de Alimentação e Nutrição, representantes de Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição, Instituto Nacional do Câncer (INCA) e Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), como parte da programação do Seminário sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde.

As discussões pautadas na Oficina ampliaram o olhar sobre as necessidades e as oportunidades para o desenvolvimento das ações de PAS para o nível local no país. Este documento apresenta alguns resultados dessa Oficina e pretende oferecer subsídios para o planejamento local de todas as áreas de gestão pública que atuam na Promoção da Alimentação Saudável, sem, no entanto, esgotar o assunto. Configura-se como mais um instrumento para apoiar o planejamento e a execução das ações da área de Alimentação e Nutrição nos diversos níveis e esferas onde elas possam ser trabalhadas.

## **OBJETIVOS DA OFICINA**

- Discutir as estratégias que podem ser priorizadas em nível local para promoção da alimentação saudável;
- Atualizar informações teóricas referentes à promoção da alimentação Saudável no âmbito local;
- Discutir a integração de agendas intersetoriais apontando estratégias de atuação para outros setores.

## **METODOLOGIA**

A Oficina trouxe como proposta metodológica a organização dos participantes (Anexo I) em grupos para discussão de uma matriz (Anexo II), que propôs uma reflexão sobre como potencializar as ações de PAS, estabelecer parcerias intra e inter setoriais e como promover mobilização para essas ações, além de dar visibilidade às mesmas.

Os trabalhos de grupo foram orientados por três perguntas: 1) De que maneira as ações de promoção da alimentação saudável podem ser potencializadas nos três níveis de gestão considerando marco regulatório, financiamento, elaboração de diretrizes, apoio a pesquisas, fomento de parcerias e redes?; 2) Quais os mecanismos de apoio que podem favorecer/potencializar as parcerias necessárias inter e intra-institucionais para desenvolver as ações de promoção da alimentação saudável? (educação, trabalho, serviço social, outras áreas da saúde, poder legislativo, rede de Organizações Não Governamentais - ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, imprensa, etc); e 3) Quais os instrumentos e estratégias de mobilização podem ser adotados para dar maior visibilidade às ações de Promoção de Alimentação Saudável?

É apresentada abaixo a síntese dos pontos elencados durante a oficina, bem como as recomendações para cada eixo de ação proposto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns grupos de trabalho organizaram suas reflexões na forma de propostas, não seguindo especificamente o roteiro da matriz, mas com a preocupação de responder os questionamentos apresentados. Os resultados foram organizados didaticamente em três eixos de ação, com base nas questões constantes do roteiro de trabalho e da matriz, lembrando que muitas das propostas discutidas poderiam ser transversais a mais de um desses eixos.

### EIXOS TEMÁTICOS

#### **EIXO 1 – Potencializando as ações de Promoção da Alimentação Saudável**

- Estimular que a Atenção Básica seja o ponto focal da promoção da alimentação saudável para todas as fases do curso da vida;
- Implementar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para o monitoramento do perfil nutricional da população nas diferentes fases do curso da vida, como eixo para planejamento e avaliação das ações de promoção da saúde;
- Adequação dos sistemas de informações existentes, com possibilidade de articulação entre o SISVAN e o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) para facilitar a busca por informações;
- Fortalecer áreas técnicas de alimentação e nutrição no nível local estadual, na articulação com os municípios;
- Diagnosticar e avaliar as ações desenvolvidas nos serviços de saúde, no sentido de apoiar os trabalhos já existentes e coerentes com as Políticas de Alimentação e Saúde, reforçando as ações de nutrição nas áreas de atenção básica de saúde;
- Discutir a importância do fortalecimento das ações de nutrição desenvolvidas pelas equipes de saúde da família e de atenção básica, incentivando a contratação do nutricionista;
- Criar e ou fortalecer a implementação da política local de alimentação e nutrição nos serviços de saúde, escolas e em outros espaços públicos e privados;
- Fomentar a contra-partida dos gestores estaduais e municipais para a política de alimentação e nutrição;
- Incluir das ações de alimentação e nutrição no processo de qualificação da Estratégia de Saúde da Família;
- Investir nos manipuladores de alimentos como multiplicadores da promoção de alimentação saudável, articulando com a proposta de Escolas Promotoras de Saúde.

- Desenvolver material educativo adequado às diferentes fases do curso da vida com enfoque na técnica dietética e na cultura alimentar e regional das comunidades, a fim de fortalecer as estratégias de PAS;
- Incentivar o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e a introdução da alimentação complementar adequada até os dois anos de idade ou mais, por meio de oficinas, de forma a atingir as mães de todas as classes sociais e econômicas, considerando as experiências pessoais e a cultura local;
- Mobilizar a comunidade para participar de oficinas de práticas alimentares saudáveis com ênfase no incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes e na redução do consumo de gorduras, açúcar e sal, considerando os aspectos culturais e regionais e abordando a importância da higiene no preparo dos alimentos;
- Capacitar recursos humanos para a ampla divulgação dos princípios da alimentação saudável, da atividade física e saúde;
- Criar instrumentos de avaliação de impacto das ações de PAS e da PNPS desenvolvidas localmente.
- Trabalhar com programas educativos com metodologia adequada, de caráter geral e diferenciada por grupos e locais específicos, como oficinas em supermercados, farmácias, escolas, consultórios e locais de trabalho;
- Organizar a nutrição na rede de saúde, de forma a garantir uma estrutura de Coordenação Municipal de Alimentação e Nutrição, serviços de atenção nutricional e/ou profissionais nutricionistas atuando nas Unidades Básicas de Saúde e/ou de Saúde da Família;
- Garantir o processo de referência e contra-referência adequados entre atenção prestada em serviços de referência (atenção ambulatorial) e atenção hospitalar;
- Capacitar conselheiros e a sensibilizar os diversos colegiados em prol da promoção da alimentação saudável da comunidade local, promovendo arranjos e parcerias entre a sociedade e as instituições, de maneira a gerar uma ação social mobilizadora acerca do tema;
- Fomentar a constituição de distintos espaços associativos e canais de participação, como, por exemplo, voluntariados, organizações sociais de saúde, dentre outros, melhorando a qualidade da participação, ampliando os programas e incentivando a constituição de redes de apoio social, com o apoio da família, amigos e da comunidade;
- Reorientação dos serviços de saúde com ênfase na atenção básica para as ações de promoção da saúde, trabalhando para que identifiquem e monitorem a situação epidemiológica e nutricional corrente, a fim de avaliar o impacto das ações e responder de maneira adequada, incorporando ações específicas de promoção a nível individual, familiar e comunitário;



- Incorporação do nutricionista na atenção básica de saúde, atuando como referência e possibilitando a qualificação da atuação dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família. A inclusão do nutricionista na equipe permite incluir um olhar e uma abordagem específica das questões nutricionais, capaz de levar conhecimento e promover o cuidado nutricional da família e da comunidade na qual está inserida.

## **EIXO 2 – Estabelecendo parcerias inter e intra-setoriais**

- Melhorar a articulação entre as áreas técnicas (Saúde da Criança, do adolescente, da mulher, do idoso, das DCNT's, entre outras), nas três esferas de gestão da saúde (municipal, estadual e federal);
- Intensificar e ou otimizar os espaços dos comitês gestores do Programa Bolsa Família, dada sua característica intersetorial (saúde, ação social, educação e outras), estimulando as ações desenvolvidas na atenção básica de segurança alimentar e nutricional, destacando o eixo de alimentação saudável;
- Incorporar o Ministério da Saúde no Comitê Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos;
- Articular a política de alimentação e nutrição em todas as áreas programáticas do SUS (Assistência, Epidemiologia, Vigilância Sanitária, etc) nos diversos níveis de gestão, aproveitando as diretrizes da Estratégia Global da Organização Mundial de Saúde para Nutrição, Atividade Física e Saúde;
- Replicar os princípios da alimentação saudável nos diversos programas públicos de alimentação (cesta básica, restaurante popular, etc);
- Construir a partir da gestão pública parcerias locais governamentais (Ministério Público, Secretaria de Educação, Esportes, Abastecimento, etc) e não governamentais (Empresas, ONG's, OSCIP's);
- Incentivar a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA's);
- Discutir e aprofundar a parceria com as universidades e Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição (CECAN's) e de Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE's);
- Articular a participação dos representantes das várias secretarias (Saúde, Ação Social, Educação e outras), estaduais e municipais, nos fóruns de discussão de alimentação e nutrição, visando implementar ações neste eixo;
- Subsidiar as secretarias de educação (estaduais e municipais) para incluir a discussão de promoção da alimentação saudável no Projeto Pedagógico;

- Promover fóruns locais para reunir os Conselhos Municipais (de Alimentação Escolar- CAE, de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional) e divulgar e intensificar as parcerias que facilitem a implementação das ações de PAS e da PNPS;
- Incentivar a produção de hortas comunitárias e escolares como estratégia para educação em saúde;
- Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas e com a sociedade civil organizada para combater à fome e promover o DHAA para a comunidade.

### **EIXO 3 – Dando visibilidade ao tema**

- Fortalecer a divulgação das políticas que envolvam ações de alimentação e nutrição para as redes de saúde no nível local, com apoio dos centros colaboradores de alimentação e nutrição;
- Incorporar e ou fortalecer as ações de alimentação e nutrição na pactuação de saúde dos municípios e estados;
- Revisão da PNAN para torná-la mais participativa e encaminhar seu conteúdo para as diversas instâncias gestoras de controle social;
- Promover campanhas de divulgação e otimização da aplicação dos recursos aos gestores da Portaria 1357 de repasse fundo a fundo;
- Valorizar a cultura local, resgatando os hábitos locais e aproveitando os eventos turísticos e culturais para divulgação da produção de alimentos para promover a alimentação saudável (ex: festa da uva, do peixe, etc);
- Fomentar a inclusão da discussão da Promoção da Alimentação saudável na pauta dos Conselhos de Saúde, Criança e Adolescente, PAE, CONSEA, CAE e outros;
- Fortalecer a diretriz política da alimentação e nutrição a partir da construção nas várias instâncias de decisão do SUS, incluindo o pacto de gestão;
- Incentivar campanhas de mídia sobre alimentação saudável;
- Apoiar uma futura proposta de regulamentação nacional para propaganda e comercialização de alimentos na escola, investindo em abordagem educativa com a comunidade escolar;
- Realizar a II Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição.

## CONCLUSÃO

Na avaliação dos participantes, as discussões da Oficina de Trabalho foram consideradas muito ricas, podendo fornecer subsídios necessários para que os estados e municípios desenvolvam ações de Promoção da Alimentação Saudável para o nível local. Alguns eixos – chave no processo de implementação da promoção da alimentação saudável no nível local são:

- Reorientação dos serviços de saúde com ênfase na Atenção Básica, por meio da mobilização e capacitação de profissionais de saúde da atenção básica para a promoção da alimentação saudável nas visitas domiciliares, atividades de grupo e nos atendimentos individuais;
- Incorporação do componente de consumo alimentar no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, de forma a permitir o diagnóstico e o de desenvolvimento das ações de promoção, é outro desafio para as diferentes esferas de gestão do SUS;
- Estímulo aos movimentos sociais e à organização comunitária, fortalecendo a participação popular, promovendo a autonomia e o empoderamento das comunidades na tomada de decisões sobre sua saúde.

Para a implementação de uma agenda única de promoção da alimentação saudável no nível local, a atuação nas três esferas de governo, o desenvolvimento de parcerias entre os diversos setores envolvidos, especialmente saúde e educação, bem como a responsabilidade compartilhada, precisa fazer parte das estratégias de ação dos gestores. As sugestões apresentadas podem ser utilizadas como instrumento de apoio ao planejamento e à execução das ações da área de Alimentação e Nutrição nos diversos níveis e esferas onde elas possam ser trabalhadas. O objetivo da oficina foi atendido, propiciando desdobramentos regionais e locais que podem aprofundar a incorporação do tema na agenda de saúde dos municípios.

Destaca-se que o tema não foi aqui esgotado, considerando a evolução da temática e as ações propostas, e que este documento configura-se como um embrião para a elaboração de um Manual de implementação de ações de Promoção da Alimentação Saudável para o nível local.

## BIBLIOGRAFIA

1. Brasil. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 2.ed. rev. Brasília, 2003.
2. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Estudo de Caso Brasil: a integração das ações de alimentação e nutrição nos planos de desenvolvimento nacional para o alcance das metas do milênio no contexto do direito humano à alimentação adequada**. Brasília, 2005.
3. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia Alimentar da População Brasileira: Promovendo a alimentação saudável**. Ministério da Saúde, 2005a.
4. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria MS nº 687, de 30 de março de 2006. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Diário oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de março de 2006.
5. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e da Gestão**. Brasília, 2006a.
6. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil/ Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde**. Brasília, 2006b.
7. Buss PM. **Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública**. Cad Saúde Pública. 1999; 15(2):177-85.
8. Santos, LAS. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis**. Rev. Nutr., Campinas, 18(5):681-692, set./out., 2005.
9. World Health Organization (WHO). **Global strategy on diet, physical activity and health: fifty-seventh World Health Assembly Wha 57.17**. 22 May 2004.

## Anexo I

Convidados	Instituição	Telefone	E mail
Adriana de Jesus	S M S Vitória	27-31325054	<a href="mailto:dikajesus@hotmail.com">dikajesus@hotmail.com</a>
Alice Teles	UFPB	81-99860919 / 83-30432385	<a href="mailto:alicetel@terra.com.br">alicetel@terra.com.br</a>
Aline Azevedo da Silva	C G A B /D A B	61-33152582/2898	<a href="mailto:Aline.silva@saude.gov.br">Aline.silva@saude.gov.br</a>
Ana Beatriz Vasconcellos	C G P A N /D A B /S A S /M S	61-34488040	<a href="mailto:Ana.Vasconcellos@saude.gov.br">Ana.Vasconcellos@saude.gov.br</a>
Ana Lúcia	I N C A	21-39707482	<a href="mailto:amendonca@inca.gov.br">amendonca@inca.gov.br</a>
Ana Maria Cavalcante	C G P A N /D A B /S A S /M S	61-34488319	<a href="mailto:Ana.Cavalcante@saude.gov.br">Ana.Cavalcante@saude.gov.br</a>
Anelise Rizzolo	O P S A N – U n B	61-33072508	<a href="mailto:aneropin@yahoo.com.br">aneropin@yahoo.com.br</a>
Antônio Augusto Fonseca	C F N	61-32256027	<a href="mailto:antonioaugusto@cfn.org.br">antonioaugusto@cfn.org.br</a>
Barbara Kanys Benedek	I B S P	44-30295550	<a href="mailto:Barbarakanys@gmail.com">Barbarakanys@gmail.com</a>
Carolina Medero Rocha	S E S /R S P U C R S	51-32885965	<a href="mailto:Carolina_rocha@saude.rs.gov.br">Carolina_rocha@saude.rs.gov.br</a>
Cristiane Aparecida Azevedo de Assis Machado	S M S Curitiba	41-99850527 / 41- 3350-9375	<a href="mailto:sisvan@sms.curitiba.pr.gov.br">sisvan@sms.curitiba.pr.gov.br</a>
Elisabetta Recine	O P S A N – U n B	5982 – 6043227	<a href="mailto:erecine@adinet.com.uy">erecine@adinet.com.uy</a>
Éster Mourão	S E S Amazonas	92-99832136	<a href="mailto:alimentação@saude.am.gov.br">alimentação@saude.am.gov.br</a>
Ivone Neves de Queiroz Santos	C O N A S E M S	91-81416531	<a href="mailto:ivoneqsantos@hotmail.com">ivoneqsantos@hotmail.com</a>
Izolda Leite Fonseca	C O N A S E M S	84-32322503	<a href="mailto:Izolda.leite@natal.rn.gov.br">Izolda.leite@natal.rn.gov.br</a>
Jorginete Damião	Instituto Annes Dias – RJ	21-22446929	<a href="mailto:jdamiao@rio.rj.gov.br">jdamiao@rio.rj.gov.br</a>
Lígia Teixeira Azevedo	G D F	61-34032526	<a href="mailto:ligiadeazevedo@hotmail.com">ligiadeazevedo@hotmail.com</a>
Luciana Sardinha	C G D A N T /S V S	61-33153670	<a href="mailto:Luciana.sardinha@saude.gov.br">Luciana.sardinha@saude.gov.br</a>
Maria Angélica de Salles Dias	S M S B H	31-32614317 / 31-91587276	<a href="mailto:angelica@pbh.gov.br">angelica@pbh.gov.br</a>
Maria de Fátima Carvalho	C G P A N /D A B /S A S /M S	61-34488040	<a href="mailto:Mfatima.carvalho@saude.gov.br">Mfatima.carvalho@saude.gov.br</a>
Maria Lúcia Dantas	C O N A S E M S	83-33712728	<a href="mailto:pmpicuisplena@uol.com.br">pmpicuisplena@uol.com.br</a>
Neusa Simone Gomes Sousa	S M S / D istrito Norte	62-35224409	<a href="mailto:deusasimone@yahoo.com.br">deusasimone@yahoo.com.br</a>
Patrícia Chaves Gentil	C G P A N /D A B /S A S /M S	61-34488040	<a href="mailto:Patricia.gentil@saude.gov.br">Patricia.gentil@saude.gov.br</a>
Rijane Barros	S E S Pernambuco	81-99784979	<a href="mailto:rijanebarros@yahoo.com.br">rijanebarros@yahoo.com.br</a>
Suely Couto	I N C A	21-39707437	<a href="mailto:scouto@inca.gov.br">scouto@inca.gov.br</a>
Taís Porto	C G P A N /D A B /S A S /M S	61-34488040	<a href="mailto:Tais.porto@saude.gov.br">Tais.porto@saude.gov.br</a>

## **Anexo II**

### **Roteiro de Trabalho**

Refletir sobre os desafios para implementação das estratégias de promoção da alimentação saudável nos serviços e práticas de saúde; no planejamento de saúde local e no plano de desenvolvimento local e responder as perguntas abaixo (Olhar para o setor saúde e para fora dele).

1. De que maneira as ações de promoção da alimentação saudável podem ser potencializadas nos três níveis de gestão considerando marco regulatório, financiamento, elaboração de diretrizes, apoio a pesquisas, fomento de parcerias e redes, etc?
2. Quais os mecanismos de apoio que podem favorecer/ potencializar as parcerias necessárias inter e intra-institucionais para desenvolver as ações de promoção da alimentação saudável? (educação, trabalho, serviço social, outras áreas da saúde, poder legislativo, rede de ONGs e OCIPs, imprensa e etc)
3. Quais os instrumentos e estratégias de mobilização podem ser adotados para dar maior visibilidade às ações de Promoção de Alimentação Saudável?

Ações de Promoção da Alimentação Saudável	1ª Questão	2ª Questão	3ª Questão
<p><b>* Promoção da Alimentação saudável no Serviço de Saúde local:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Organizar a atenção nutricional na atenção primária de saúde (indivíduo e coletividade): diagnóstico, formulação de políticas - ações educativas para a população, orientação nutricional, parcerias com os diferentes setores do governo e etc;</li> <li>•Capacitar os profissionais de saúde de acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira e do Guia para crianças menores de 2 anos (educação permanente);</li> <li>•Priorizar ações de promoção da alimentação saudável para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família, com base no instituído pela Portaria Interministerial 2509, de 18/11/04;</li> <li>•Articulação dos Serviços de Saúde com a rede de instituições e entidades locais para fortalecimento de atividades promotoras de saúde e nutrição;</li> <li>•Estímulo à implementação de grupos por fase do curso da vida para trabalhar temas de saúde e nutrição;</li> </ul>			

<ul style="list-style-type: none"> <li>•Organização da rede de apoio comunitário para segurança alimentar e nutricional;</li> </ul>			
<p>*Implementação da Portaria n.º 1010 /2006, que define as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Fomentar as parcerias entre Saúde e Educação em nível local para desenvolver ações de educação alimentar e nutricional;</li> <li>• Ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;</li> <li>•Estimular a produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;</li> <li>•Estimular a implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;</li> </ul>			



<ul style="list-style-type: none"> <li>•Fomentar as discussões sobre a regulamentação da restrição do comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras;</li> <li>•monitoramento da situação nutricional dos escolares.</li> </ul>			
<p><b>* Outros exemplos de ações que podem ser implementadas em nível local:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Garantir que programas públicos de alimentação e nutrição incorporem os princípios da alimentação saudável;</li> <li>•Incentivar a utilização de alimentos naturais, ou com um mínimo de processamento, em programas de alimentação em escolas, creches e outros locais de atendimento a grupos específicos;</li> <li>•Viabilizar campanhas e outras iniciativas de comunicação social e de educação que valorizem e incentivem o consumo de frutas, legumes e verduras - Construir alianças para a difusão de informação sobre hábitos de vida saudável;</li> </ul>			

<ul style="list-style-type: none"> <li>•Fortalecer políticas públicas de incentivo aos esportes conjuntamente com a alimentação saudável;</li> <li>•Adotar medidas multissetoriais e multidisciplinares que visem à promoção da qualidade sanitária dos alimentos na esfera local;</li> <li>•Articular ações que ampliem o acesso e a disponibilidade de alimentos saudáveis;</li> <li>•Desenvolver ações educativas para a apropriação da rotulagem nutricional pela população.</li> </ul>			
<b>*Outras ações (incluir ações sugeridas pelo Grupo de Trabalho)</b>			